

## ELEIÇÕES NA LÍBIA: UM CAMINHO PARA A DEMOCRACIA?

Maria Francisca Saraiva

Desde 2014 que a Líbia vive em guerra civil. A Organização das Nações Unidas planeia a realização de eleições no final deste ano num quadro político marcado por dois governos rivais. Neste artigo, discutimos a oportunidade das eleições no quadro da fragmentação política e económica em que vive a sociedade líbia, realçando a inexistência de figuras nacionais capazes de unir os líbios em torno de um objetivo comum.

# ELEIÇÕES NA LÍBIA: UM CAMINHO PARA A DEMOCRACIA?

## Maria Francisca Saraiva

Professora Auxiliar do ISCSP-UL. Investigadora do Instituto da Defesa Nacional.

### Introdução

A deposição de Muamar Kadhafi em 2011 pôs fim a décadas de governação despótica e centralizada que destruiu toda e qualquer estrutura intermédia de mediação entre o governo e a população líbia, ao impor o controlo absoluto de Kadhafi e da sua família sobre a política e a economia líbias. Com o desaparecimento da figura de Kadhafi (re)emergiu um país sem identidade nacional, um país que nunca teve Estado e que a geografia teima em separar.

A Líbia possui uma vasta zona desértica, o deserto de Sirte, que separa a parte este do território, a Cirenaica, com Bengasi como capital política no período da monarquia, e a parte noroeste, a região da Trípolitânia que tem em Trípoli a sua capital política. Na zona sudoeste do país encontramos Fezzan, zona de passagem para o conturbado Sahel, tradicional rota de imigração e contrabando, recentemente transformada numa zona de trânsito de movimentos radicais islâmicos (Saraiva, 2014).

Os primeiros anos da era pós-Kadhafi foram anos particularmente confusos. Marcados por uma indiferença da comunidade internacional em relação aos problemas estruturais do país, que a queda de Kadhafi não resolveu e até aprofundou, o vazio de poder na Líbia potenciou o caos e aumentou as divisões tradicionais no país.

Sem surpresa, a inexistência de partidos políticos ou de uma estrutura institucional num território profundamente dividido e inseguro desembocou em 2014 numa nova guerra civil fortemente marcada por centros de poder locais dominados por milícias, tribos e grupos criminosos que lucram ativamente com a economia de guerra e com o tráfico humano de migrantes provenientes da África

subsaariana que procuram entrar na Europa através da Itália.

Como já se referiu noutra publicação (Saraiva, 2016), o resultado das eleições parlamentares de junho de 2014 foi condicionado pela Operação “Dignidade”, lançada pelo general Khalifa Haftar em maio desse ano contra movimentos islamitas no leste do país, dando origem a dois parlamentos. Um novo Parlamento líbio, a Câmara dos Representantes, ficou sediado em Tobruck, no leste do país. Os islamitas, por seu lado, mantiveram a sua própria legislatura alternativa em Trípoli, que não é reconhecida pela comunidade internacional. Para acabar com esta bicefalia, as Nações Unidas patrocinaram um acordo político, assinado em 17 de dezembro de 2015, prevendo a formação de um Governo de Unidade Nacional.

### Situação Política no Terreno

No que diz respeito à situação geral no terreno, passados sete anos sobre a intervenção internacional na Líbia a população vive sob duras condições de vida no meio do caos e da guerra civil. No que concerne as dinâmicas externas, pode dizer-se que formalmente a comunidade internacional tem apoiado o Governo de Unidade Nacional e o projeto político que pretende implementar, mas na verdade o compromisso afigura-se ténue, o que nos leva a concluir que continua a existir o perigo real de tripartição do país: Cirenaica, Trípolitânia e Fezzan. Olhando para a situação em cada uma das regiões do território líbio, o general Haftar, que lidera o Exército Nacional Líbio e é próximo do Parlamento de Tobruck, parece estar numa situação militar bastante confortável, ao conseguir controlar razoavelmente os acontecimentos

na Cirenaica. Este domínio do leste do país tem-lhe permitido fazer uma contestação explícita à existência do novo Governo de Unidade Nacional apoiado e legitimado pelas nações que se encontra sedeadas em Trípoli. O Governo de Unidade Nacional, liderado por Fayez Serraj, tem mostrado grandes debilidades políticas na condução da governação. Significa isto que, para além de não conseguir controlar efetivamente a cidade de Trípoli, a frágil e fragmentada cadeia de comando das milícias armadas que constituem a base militar do regime é motivo de preocupação adicional para o regime. A situação de Trípoli permanece nos dias de hoje, sem dúvida, complexa. Recorde-se que o Governo de Salvação Nacional liderado pelo Khalifa Ghwell, uma coligação islamita que não aceitou os resultados das eleições de 2014 dominada pela Irmandade Muçulmana, manteve o controlo de algumas áreas de Trípoli até à primavera de 2017 (Cobo, 2017), tendo resistido a transferir o poder para o novo Governo de Unidade Nacional (Eaton, 2018). Este governo terá o apoio do Qatar, Turquia e Sudão (Cobo, 2017). Alegadamente circulam notícias dando conta que o Khalifa Ghwell terá seguido para o exílio, o que a ser verdade pode abrir uma janela de oportunidade para a consolidação do Governo de Unidade Nacional em Trípoli.

Um exército nacional unificado permitiria ao governo central ganhar capacidade de liderança militar. A impossibilidade de o constituir implica, quanto ao controlo territorial do restante território líbio, a incapacidade de estabelecer a lei e a ordem fora da zona circunscrita à capital deixando vastas zonas do território entregues a si próprias, numa espécie de "terra de ninguém", ou sob controlo de autoridades locais (Eaton, 2018).

Atualmente, Haftar e o seu Exército Nacional Líbio funcionam como o governo de facto no leste do país e mantêm sob seu controlo o valioso comércio de petróleo muito abundante na zona. É certo que Haftar conseguiu unificar razoavelmente as milícias e fações tribais no leste em torno do Exército Nacional Líbio, o que lhe assegura o domínio militar do território. Também retirou do poder os líderes eleitos nos municípios da Cirenaica, nomeando em seu lugar militares leais ao seu projeto político (Mezran e Miller, 2018).

Mas nada é simples na Líbia. Importantes aspetos da governação, como as funções militares, policiais, de guarda costeira e alfândegas são asseguradas por milícias alinhadas com o governo apoiado pelas Nações Unidas mas também por milícias que não mostram lealdade ao governo e que estão mais próximas de outros centros de poder ou mostram um comportamento errático, não sendo possível identificar as suas lealdades.

É de salientar que Haftar tem sido o grande obstáculo à viabilização do plano das Nações Unidas. Para além de disputar a legitimidade do governo de Trípoli o general iniciou um movimento de progressão militar em direção ao ocidente. Evidentemente que se sabe que o controlo de todo o território líbio é um objetivo muito ambicioso; na verdade estas manobras procuram assegurar um outro objetivo político primordial para a Cirenaica: forçar a inclusão de Haftar nos futuros arranjos políticos na Líbia. Neste sentido, a revisão do Acordo Político – obtido em 2015 – pretendido pelo novo Enviado Especial das Nações Unidas, Ghassan Salomé, que tomou posse em julho de 2017, terá sempre que contar, à partida, com Haftar e os seus apoiantes.

A juntar a todas as tensões e disputas que se arrastam desde a queda de Khadafi, um aspeto de grande relevância para a economia líbia são os lucros relacionados com o tráfico de pessoas em trânsito para a Europa. A dimensão mais importante deste tráfico é o facto de 2014 marcar uma mudança fundamental na gestão dos fluxos, com as milícias e tribos líbias a assehorarem-se, de certo modo, desta atividade e dos lucros por ela gerados (Micallef e Reitano, 2018).

Não há dúvida que os recentes acordos firmados entre a União Europeia e o Governo de Unidade Nacional e a Itália e o Governo de Unidade Nacional para regular o fluxo de migrantes têm permitido diminuir o fluxo de pessoas em trânsito. Será, porém, de salientar que o Governo de Trípoli se tem mostrado menos capaz de controlar os migrantes do que Haftar, que conseguiu resultados significativos na zona leste (Bocchi, 2018). Em parte os problemas do Governo de Trípoli prendem-se com o financiamento e cooptação de algumas tribos ocidentais em detrimento de outras para executar esta

tarefa e o facto de os seus serviços não serem muito confiáveis. O Memorando de Entendimento firmado entre a Itália e o Governo de Unidade Nacional em fevereiro de 2017 prevê apoio em termos de treino, equipamento e investimento para aumentar a segurança da fronteira e combater o tráfico de pessoas, um pouco em linha com o modelo seguido pela União Europeia em 2016, em relação à Turquia. Apesar da importância do acordo Haftar, encorajado pela França e Reino Unido, ameaçou fazer fracassar-lo não permitindo a entrada de navios estrangeiros em águas líbias situadas a leste, sugerindo que a sua concordância seria necessária para que tal pudesse acontecer (Micallef e Reitano, 2018). Todas estas movimentações destinavam-se a colocar Haftar no centro dos futuros arranjos políticos na Líbia. Porém, a promessa sucessivamente adiada de unificação militar da Líbia sob o comando de Haftar começou a impacientar os seus aliados mais valiosos, especialmente o Egito, de longe o seu principal apoio político e militar, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, para além da França e, nos últimos tempos, a Rússia. Como resultado, nos últimos meses Haftar tem procurado jogar num duplo tabuleiro: ao mesmo tempo que desafia a autoridade do Governo de Trípoli aceita entrar em negociações com ele com vista a um acordo político, procurando deste modo sobreviver politicamente até à realização das eleições previstas para o final do ano.

### **A Possibilidade de Eleições em 2018**

Notícias recentes, não oficialmente confirmadas, sugeriam que Haftar se encontraria gravemente doente e incapacitado, senão mesmo morto. Inicialmente, apenas foi possível obter confirmação por parte das autoridades francesas de que teria sido tratado num hospital parisiense, não se conhecendo pormenores em relação ao seu estado de saúde. Porém, no dia 26 de maio de 2017 foi notícia em todo o mundo o regresso de Haftar à Cirenaica, após duas semanas de hospitalização em França alegadamente por complicações cardíacas (Bobin, 2018), pondo fim aos rumores da suposta morte do general. O regresso ao território líbio não acrescentou dados novos sobre o seu verdadeiro estado de saúde, sobre o qual

pouco ou nada se sabe. Como é costume, circulam os mais variados rumores sobre quem será o seu sucessor especulando-se que o general poderá estar a preparar a sua própria sucessão. Tem sido sugerido que a disputa pelo poder no quadro de uma eventual substituição de Haftar por outra figura já terá começado e que a França e o Egito se encontram no centro deste processo, procurando influenciar a escolha.

Embora seja difícil analisar as disputas de poder e os alinhamentos políticos na Líbia, parece evidente que existe um certo cansaço internacional em relação ao impasse em que caiu a resolução do problema líbio. Desde 2011 que a situação é de anarquia generalizada. A economia, essencialmente nas mãos de tribos, milícias e grupos criminosos organizados, e o vazio de poder, em resultado de uma ausência de um poder político forte capaz de unificar os líbios, alimenta este estado de coisas.

Embora a estabilização e democratização importem à União Europeia e a todo o Norte de África, os esforços internacionais em torno da mediação entre as várias fações em conflito têm sido claramente liderados pelas Nações Unidas. As Nações Unidas têm tentado relançar o processo de transição política acordado em 2015 estando a preparar eleições para finais de 2018 como forma de estabilizar o país.

Os principais atores internacionais do conflito têm dado o seu apoio às Nações Unidas e aos planos da Missão das Nações Unidas na Líbia, UNSMIL, de apoio à realização de eleições parlamentares e presidenciais até ao final do ano de 2018. Esta posição parece marcar uma fase de maior comprometimento dos atores externos com a necessidade de estabilização da Líbia. A União Europeia já deu o seu apoio à realização de eleições na Líbia e a França e o Egito, como referido, fortes apoiantes do regime de Haftar, já assumiram publicamente que concordam com a realização de eleições este ano. Notícias recentes dão conta de que Washington poderá estar a considerar aumentar o seu envolvimento na estabilização da Líbia, em coordenação com os aliados europeus, depois de um desinteresse inicial da administração Trump de qualquer envolvimento para além da contenção da ameaça

terrorista na Líbia.

O posicionamento do Egito e da França no confuso panorama estratégico líbio é particularmente importante em razão do peso que os dois países têm na política interna do país e no apoio ao plano militar de Haftar. Como se disse, a guerra civil opõe tribos, cidades e fações políticas numa dimensão essencialmente local e regional mas os atores mais diretamente envolvidos continuam a apostar em personalidades, sendo que nenhuma delas é suficientemente agregadora da população líbia.

Neste momento, continua a não ser claro qual o plano egípcio e francês em relação ao general. Querirão promover Haftar a candidato presidencial agora que a vitória militar já não parece um objetivo possível de atingir? Ou já estarão a apostar no seu sucessor? Por outro lado, é possível que se tenham rendido ao Governo de Unidade Nacional, deixando cair Haftar. Recorde-se que o Exército Nacional Líbio está longe de ser uma entidade homogênea. É composto por tropas regulares, grupos armados ligados a tribos e salafitas unidas sob o comando férreo de Haftar. Há ainda que notar que os dois parlamentos, sob os auspícios das Nações Unidas, estão a dialogar com vista a alterar o acordo de 2015. Será que a França e o Egito se querem afirmar como os mediadores do processo?

O Egito tem como objetivo estratégico permanente a segurança da sua fronteira com a Líbia oriental, desde sempre muito porosa. Claramente, o Egito tem fornecido armas a Haftar e dá apoio político ao plano de consolidação de poder na Cirenaica. Na perspetiva do Cairo, esta zona tampão poderá manter-se como zona autónoma na medida em que a ordem seja mantida, ou dito de outro modo, desde que não se permita a penetração do islamismo radical nesta zona. O Egito enfrenta uma pressão islâmica na faixa de Gaza e não deseja outra frente de tensão, desta vez a presença de extremistas líbios na parte ocidental do seu território.

Por outro lado, o Estado Islâmico, que se procurou instalar na Líbia a partir de 2014, continua a ser um dado da equação. Formado por líbios que lutaram no Iraque e na Síria e que entretanto regressaram à Líbia, ainda não está

totalmente derrotado, continuando a fazer ataques o que obriga o governo de Trípoli a reagir militarmente (Zelin, 2018) e constitui uma preocupação para o Egito. Como se disse, o Governo de Unidade Nacional não dispõe de um exército nacional nem de uma implantação territorial fora da cidade de Trípoli sendo incapaz de providenciar aos líbios os serviços básicos. A solução encontrada pelas autoridades de Trípoli foi a cooptação de grupos armados e sua integração nas débeis estruturas do Ministério da Defesa e Ministério do Interior, com direito a salário. Algumas destas milícias dedicavam-se anteriormente ao tráfico de seres humanos tendo-se repentinamente transformado em polícias encarregues de regular o tráfico de pessoas (Micallef e Reitano, 2017). A lealdade destas milícias ao governo é muito duvidosa, na prática atuam como uma realidade autónoma dentro do Estado e o próprio governo tem dificuldade em perceber quem trabalha verdadeiramente para si. Sendo este o panorama atual na Líbia, coloca-se a questão de saber que outras figuras poderão contribuir para a unidade e pacificação do país e qual a melhor forma de trazer todos os atores relevantes à mesa das negociações. Nos últimos tempos, têm-se observado movimentações de alguns atores políticos, desde logo de figuras ligadas ao antigo regime.

É o caso de Saif al-Islam Kadhafi. Com o beneplácito do Parlamento de Tobruk, Saif al-Islam Kadhafi, filho de Kadhafi, beneficiou de uma lei que o amnistiou de crimes cometidos na revolução de 2011. Foi libertado por um tribunal líbio e acaba de fundar (19 de abril) um jornal, *Mandala Libya*, que terá distribuição na Tunísia, Líbia, todo o Magrebe, e países europeus com forte presença de população líbia. Há anos que não é visto em público mas no ano passado foi criado em Tunes a Popular Front for the Liberation of Libya (PFL), movimento supostamente de apoio ao seu projeto político (Zaptia, 2018). Alegadamente vai disputar as eleições previstas para o final deste ano. O problema é que a amnistia aprovada pelo Parlamento de Tobruk por "crimes cometidos na revolução de 2011" que permitiu a sua libertação não foi aceite pela Procuradora do Tribunal Penal Internacional

que já pediu a sua entrega ao tribunal (Prentis, 2017). Por outro lado, uma unidade militar que integra o Exército Nacional Líbio é suspeita de ter assassinado 22 prisioneiros, o que foi filmado, pelo que o Tribunal Penal Internacional pediu recentemente a detenção do seu comandante (Kersten, 2017).

Notícias recentes dão conta que o príncipe Mohamed El-Senussi, filho do príncipe Hassan Al-Rida, veio a público defender que a solução para a Líbia residiria no retorno à monarquia derrubada em 1969 por Kadhafi, com a deposição do rei Idris (Mustafa, 2018). Resumidamente, é preciso compreender que na atual situação não existe nenhuma figura política de dimensão nacional capaz de unificar o povo líbio e que há fortes resistências por parte dos atores locais à alteração do *status quo* em razão dos lucros gerados pela economia de guerra. É preciso ter em conta que não existe uma estrutura estatal na Líbia, a administração do Estado está ausente da vida das pessoas. Para abrir um novo ciclo político é preciso apostar na formação de um Estado e não tanto a democratização do país, através de eleições que, a serem convocadas sem as condições políticas mínimas preenchidas, correm o risco de decorrer num ambiente de violência e divisão.

## Conclusão

A Líbia pós-Kadhafi mantém-se em estado de guerra civil e anarquia, apesar do empenho das Nações Unidas no acordo político alcançado e na realização de eleições no final deste ano.

O Governo de Unidade Nacional, apoiado pelas Nações Unidas e por muitos países da comunidade internacional, mantém apenas uma implantação local, em Trípoli, e mesmo em Trípoli o espaço político foi até há pouco tempo partilhado com o Governo de Salvação Nacional, não reconhecido internacionalmente, e entretanto alegadamente dissolvido. A região da Cirenaica, graças à governação férrea de Haftar e o apoio de importantes aliados regionais e extrarregionais ao plano de consolidação militar de Haftar, parece ter uma situação securitária mais estável.

Todavia Haftar tem boicotado a atuação do Governo de Unidade Nacional. Procurou, inclusivamente, expandir o seu domínio militar para a zona ocidental da Líbia, mas o projeto de unificação do país pelas armas parece cada vez mais difícil de alcançar.

Num país sem Estado e sem coesão nacional, as dinâmicas políticas locais e regionais tomaram conta da economia e das funções de governação, inclusivamente no que toca à regulação do fluxo de migrantes que procuram alcançar a costa sul da Europa acordada com a Itália e a União Europeia. O desaparecimento e recente reaparecimento de Haftar na Cirenaica – depois de rumores de doença grave ou morte – levanta a questão do papel que a sua feição poderá desempenhar nas eleições do final do ano. Outras personalidades, como o filho de Kadhafi e o herdeiro do rei Idris, não parecem congregar o apoio dos líbios.

Na Líbia, não há Estado. Não havendo Estado, pode perguntar-se se a ida às urnas sem que exista uma coligação que reúna as várias sensibilidades políticas em torno de uma solução comum, não poderá desembocar em mais violência e divisão.

## Referências

Bobin, F., 2018. En Libye, le Retour de Khalifa Haftar Dissipe les Craintes d'un Vide de Pouvoir. *Le Monde*, 27/04. Disponível em [http://www.lemonde.fr/proche-orient/article/2018/04/27/en-libye-le-retour-du-marechal-khalifa-haftar-dissipe-les-craintes-d-un-vider-de-pouvoir\\_5291231\\_3218.html#QdPxuFF0ibdey1K6.99](http://www.lemonde.fr/proche-orient/article/2018/04/27/en-libye-le-retour-du-marechal-khalifa-haftar-dissipe-les-craintes-d-un-vider-de-pouvoir_5291231_3218.html#QdPxuFF0ibdey1K6.99).

Bocchi, A., 2018. Libya's Rogue Militias Keep the Country From Tackling Human Trafficking. *Terrorism Monitor*, 16(4). Disponível em <https://jamestown.org/program/libyas-rogue-militias-keep-country-tackling-human-trafficking/>

Cobo, I., 2017. Lybia, La Guerra del General Jalifa Haftar. *IEEE. Documento Análisis* nº70. Disponível em [http://www.ieeee.es/Galerias/fichero/docs\\_analisis/2017/DIEEEA70-2017\\_Libia\\_Guerra\\_General\\_Haftar\\_IFC.pdf](http://www.ieeee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2017/DIEEEA70-2017_Libia_Guerra_General_Haftar_IFC.pdf).

Eaton, T., 2018. Libya's War Economy. Predation, Profiteering and State Weakness. *Chatham House Research Paper*. Disponível em <https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/publications/research/2018-04-12-libyas-war-economy-eaton-final.pdf>.

Kersten, M., 2017. Will the International Criminal Court's Latest Target in Libya be Brought to Justice? *The Washington Post*, August 31. Disponível em [https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2017/08/31/will-the-international-criminal-courts-latest-target-in-libya-be-brought-to-justice/?noredirect=on&utm\\_term](https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2017/08/31/will-the-international-criminal-courts-latest-target-in-libya-be-brought-to-justice/?noredirect=on&utm_term).

Mezran, K. e Miller, E., 2018. Flawed Diplomacy in Libya: How Mediation Has Acted as a Cover for Continued Chaos. *Cairo Review of Global Affairs*. Disponível em <https://www.thecairoreview.com/essays/flawed-diplomacy-in-libya/>

Micallef, M. e Reitano, T., 2017. The Anti-Human Smuggling Business and Libya's Political End Game. *ISS North African Report* nº 2. Disponível em <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/nar2.pdf>.

Mustafa, A., 2018. Prince Mohamed El Senussi Calls for Return to Monarchy Constitution, Says he is Willing to Serve Libyan People. *Libya Herald*, 17 April. Disponível em <https://www.libyaherald.com/2018/04/17/prince-mohamed-el-senussi-calls-for-return-to-monarchy-constitution-says-he-is-willing-to-serve-libyan-people/>

Prentis, J., 2017. ICC Chief Prosecutor Demands Handover of Saif Al-Islam. *Libya Herald*, 19 March. Disponível em <https://www.libyaherald.com/2017/06/14/icc-chief-prosecutor-demands-handover-of-saif-al-islam/>

Saraiva, F., 2016. O Novo Governo de Unidade Nacional no Contexto da Violência Híbrida na Líbia. *IDN Brief*, setembro. Disponível em [https://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief\\_setembro2016.pdf](https://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief_setembro2016.pdf).

Saraiva, F., 2014. A Líbia Pós-Kadhafi: Geografia, Segurança e Direitos Humanos. *IDN Brief*, julho, pp. 11-

15. Disponível em [https://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief\\_julho2014.pdf](https://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief_julho2014.pdf).

Zaptia, S., 2018. Saif Qaddafi Alleged Supporters Announce His Candidacy for 2018 Elections at Tunis Press Conference. *Libya Herald*, 19 March.

Zelin, A., 2018. The Others Foreign Fighters in Libya. *Policy Note 45. The Washington Institute for Near East Policy*; Disponível em <http://www.washingtoninstitute.org/uploads/PolicyNote45-Zelin.pdf>.

---